

POLÍTICAS SOCIAIS: AINDA TEMOS MUITO A FAZER

Rui Caldas Brandão¹, Eugênio Lima Mendes²

- 1- Pós-Graduação em Economia e Gestão Pública - UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana – Bahia – Brasil
Rua Palmeira, 90 Residencial Belleville Apt.º 104– Ponto Central CEP: 44.045-080 Feira de Santana – Bahia – Brasil e-mail: ruicaldas@uol.com.br
- 2- NIEAM - Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Economia e Administração Municipal. DCIS – Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana Km 03 BR 116–Norte - Feira de Santana – Bahia – Brasil - e-mail: e.mendes@cpunet.com.br

Palavras-chave: Políticas Públicas Sociais, Reforma, Investimentos.

Área do Conhecimento: VI - Ciências Sociais Aplicadas (Economia e Administração Pública)

Objetivo

O objetivo deste artigo é ressaltar o contraste entre a importância do investimento do setor público nas áreas de educação e saúde como fator preponderante para que o Estado cumpra seu papel no desenvolvimento e no atendimento às carências da população e o comportamento do governo federal nas negociações de apoio para a aprovação das reformas tributária e previdenciária.

Metodologia

O trabalho utiliza uma metodologia que se apóia na “formulação resultante de leitura e reflexões sobre contribuições já produzidas em livros, artigos, etc.” (Durrenberger R. W. *apud* SILVA:1986, p. 13), e incorpora algumas reflexões que Ladislau Dowbor (1996) realiza na análise de políticas públicas sociais, destacando elementos norteadores sobre o investimento do Estado nas áreas de saúde e educação ao nível mundial e em especial ao Estado brasileiro, fazendo um paralelo entre países desenvolvidos e sub-desenvolvidos.

O Brasil é tido como um dos países que destina pouco recursos às questões sociais e aplica mal o recurso público na saúde e educação. Os gastos mundiais em educação em 1988 foram de 1.024 bilhões de dólares, cerca de 5,5% do produto mundial. Os países desenvolvidos gastaram 898 bilhões destes

recursos, enquanto os países subdesenvolvidos se limitaram a 126 bilhões. A discrepância fica mais evidente se tomarmos por base a população dos países subdesenvolvidos de 4 bilhões de habitantes, onde atinge a uma cifra de 129 dólares de gasto médio anual por aluno, enquanto nos países ricos foi de 2.888 dólares/aluno/ano. Assim, temos nos países subdesenvolvidos uma proporção de 22 vezes menos aplicação de recursos por aluno se comparado aos países desenvolvidos. Talvez aí se explique boa parte da diferença econômico-social entre os dois mundos (Dowbor-1996).

Vale destacar a necessidade de investimentos sociais no Brasil, onde persistem enormes carências e os desníveis de renda entre os mais ricos e mais pobres são intensos. Segundo Ladislau Dowbor (1996), existe uma polarização interna onde originou duas sociedades no país. A primeira, mais abastada, congrega 1% das famílias mais ricas e dispõe de 17% da renda, cerca de 68 bilhões de dólares, algo em torno de 45.000 dólares por ano por membro da família. A segunda, extremamente carente, reúne os 50% mais pobres (75 milhões de pessoas) e sobrevivem com 12% da renda nacional, em torno de 640 dólares, ou seja, 70 vezes menos que os mais ricos na média, e com um rendimento da ordem de 50 dólares por mês. Este quadro agrava-se ainda mais se considerarmos a conflitante

questão agrária com milhares de “sem-terras” buscando um assento, as desigualdades regionais marcantes, a concentração da renda e da riqueza, a ciranda financeira como gestora da economia de mercado, o déficit de moradias, a favelização dos grandes centros urbanos, as altas taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil, aliada ao desemprego e subemprego. Esta situação social periclitante só poderá ser amenizada com a inversão de prioridades do governo, através do redirecionamento imediato das verbas públicas para a área social.

Não obstante os problemas acima mencionados, é de se estranhar a postura do Governo Federal, assumida no último dia 1.º de julho, ao completar seis meses de gestão. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em reunião com os governadores de Estado, no afã de ver as reformas Previdenciária e Tributária aprovadas, fechou acordo que permitiria aliviar o caixa dos Estados.

No bojo do acordo, o Planalto assumiria o compromisso de criar, através de emenda à Constituição Federal, um fundo para compensar os Estados das perdas decorrentes da desoneração das exportações. Estados como o Pará e o Espírito Santo falam em prejuízos superiores a R\$ 1,5 bilhão (Folha de São Paulo 01/07/03). Esta é a parte oferecida pelo governo. Este pacto atenderia tanto aos interesses dos Estados como o da União: os governadores apoiariam integralmente a proposta de reforma previdenciária, inclusive o piso de R\$ 1.058,00 para a cobrança dos funcionários inativos, enquanto o governo federal criaria mecanismo financeiro que aliviaría as contas dos Estados. A Comissão de Governadores pretende ainda assegurar na reforma tributária três dispositivos de interesse dos Estados: a regulamentação do fundo de compensação à desoneração das exportações, a participação dos Estados em contribuições arrecadadas pela União, como o CIDE (imposto sobre o combustível) e a CPMF (imposto do cheque), e a questão da competência do ICMS (base de cobrança a partir da origem ou do destino).

Entretanto, a medida que pode afetar mais direta e negativamente os gastos sociais é a que estende aos Estados a desvinculação de

receitas. Com esta medida, os Estados poderão aplicar livremente 20% dos recursos que atualmente estão obrigados a aplicar em determinados setores como educação e saúde.

Segundo a mesma reportagem da Folha de São Paulo, tomando por base os gastos estaduais com saúde no ano passado, a redução poderá chegar a R\$ 3 bilhões em 2003. Se a medida for estendida também aos municípios, os gastos com saúde poderiam cair em mais R\$ 2,5 bilhões. O porta-voz da presidência, André Singer, afirmou que o governo federal se comprometeu a não aumentar impostos. Contudo, soa estranha a afirmativa do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin que concordou: “A reforma da Previdência reduz gastos, a tributária combate a sonegação” (Folha de São Paulo, 01/07/03).

Analisando tal assertiva, podemos deduzir que o problema social não se resolverá somente com as reformas. Se grande parte do problema de caixa do governo é a sonegação fiscal, não será uma nova lei que irá resolver esta prática criminosa que parte do empresariado nacional está acostumada.

A proposta que visa permitir aos Estados desvincular 20% dos recursos da área social, tal como ocorre atualmente com a União, é descabida, principalmente se a decisão partiu do Planalto. Os investimentos públicos nas áreas de educação e saúde são fundamentais ao desenvolvimento do país, especialmente se considerarmos que atualmente a tecnologia, a informação e a ciência dentre outros, são ingredientes imprescindíveis à inserção do Brasil no mundo globalizado.

Conclusões

A análise das questões tratadas anteriormente leva-nos a concluir que se as autoridades públicas têm o poder de comando e exerce influência na escolha das prioridades poderão hierarquizar a ordem de importância dos investimentos públicos e alterar o condenável “status-quo” nacional. Para garantir a cidadania e o bem-estar social o Governo Federal deveria conclamar os Governadores para apoiá-lo na tarefa de inverter as prioridades da sua política econômica, evitando que suas riquezas

continuem a ser vilipendiada na forma de pagamento de serviço da dívida, em detrimento de grande parcela da população brasileira, que se vê à margem do processo produtivo e dos resultados sociais em educação e saúde.

Referências Bibliográficas

DOWBOR, Ladislau. "Governabilidade e descentralização". São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, v.10, n.3, jul-set/1996.

PATÚ, Gustavo. "Lula alivia caixa dos estados para obter apoio às reformas". Folha de São Paulo. São Paulo: 01/jul/2003.

SILVA, Bárbara-Cristiane Nentwig. "Elaboração de Projetos em Geografia: uma orientação". Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1985.